

Sumário

PARTE 1 TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

1

CONCEITO E CLASSIFICAÇÕES DAS CONSTITUIÇÕES

1. O que é uma Constituição? Conceito de Constituição e constitucionalismo. Uma advertência inicial.....	25	gente e o constitucionalismo moralmente reflexivo.....	56
2. Um ponto de partida: o conceito histórico-universal e a primeira definição de Constituição: a Constituição material como Constituição real.....	26	7.2. A Constituição para a Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann	58
2.1. A Constituição material e o seu sentido jurídico-normativo. O movimento do Constitucionalismo na Inglaterra do século XVII. A definição de Constitucionalismo.....	27	7.3. A Constituição na Teoria Discursiva do Direito e do Estado Democrático de Direito de Jürgen Habermas	59
2.2. O surgimento das Constituições formais no movimento do constitucionalismo. A Constituição (moderna) como a ordenação sistemática e racional da comunidade política, plasmada em um documento escrito.....	29	7.4. O Constitucionalismo Abusivo de David Landau.....	61
2.3. Mas o que acontece com a Constituição material? Ela deixa de existir juridicamente com o surgimento das Constituições formais?.....	29	7.5. A sociedade aberta de intérpretes da Constituição de Peter Häberle: Constituição como cultura e processo público	64
2.4. A Constituição formal e a sua relação com a constituição material no decorrer do tempo. Uma rápida advertência!	30	7.6. A força normativa da Constituição e a Constituição aberta de Konrad Hesse	65
2.5. Última digressão: o que é mesmo a Constituição formal? A definição de supralegalidade desenvolvida e explicitada nos EUA no começo do século XIX	30	7.7. A Constituição simbólica de Marcelo Neves e as digressões sobre o transconstitucionalismo (Tese do Transconstitucionalismo).....	66
3. Classificações das Constituições: teorias tradicionais e usuais na doutrina pátria	31	7.8. O conceito pluridimensional de Constituição de José Adércio Leite Sampaio.....	72
4. Classificação ontológica (ou essencialista) das Constituições de Karl Löwenstein	38	7.9. O (novo) Constitucionalismo plurinacional da América Latina e a sua ruptura paradigmática	72
5. Reflexões sobre as classificações tradicionais; o conceito de bloco de constitucionalidade; o entendimento sobre a denominação intitulada de Neconstitucionalismo; A tese do Constitucionalismo do Por vir; O Constitucionalismo digital	39	7.10. O Constitucionalismo Feminista e suas Perspectivas Globais	74
6. Última digressão sobre a classificação das Constituições. O nosso ponto de vista (que nós defendemos e não apenas descrevemos): a classificação paradigmática das Constituições, com base na teoria discursiva da Constituição de Jürgen Habermas: uma abordagem crítico-reflexiva das Constituições Clássicas (Estado Liberal), Sociais (Estado Social) e de Estado Democrático de Direito	49	8. Classificação quanto à aplicabilidade das Normas Constitucionais: Teoria de José Afonso da Silva.....	79
7. Sentidos ou concepções do termo Constituição: sentidos clássicos e contemporâneos	53	9. Classificação quanto à aplicabilidade das normas constitucionais de Carlos Ayres Britto e Celso Ribeiro Bastos.....	82
7.1. A Constituição dirigente de J. J. Gomes Canotilho: o debate sobre a constituição diri-		10. Classificação quanto à aplicabilidade das normas constitucionais de Maria Helena Diniz.....	83
		11. Classificação quanto à aplicabilidade das normas constitucionais de Luís Roberto Barroso.....	83
		12. Classificação trabalhada por Uadi Lammêgo Bulos das normas constitucionais de eficácia exaurida.....	84
		13. Estrutura e Elementos das Constituições	84

2

PODER CONSTITUINTE

1. Introdução	87
1.1. Um conceito preliminar de Poder Constituinte.....	87
1.2. Revelar, dizer ou criar uma Constituição?.....	87
2. Três Leituras Concorrentes no Discurso Jurídico Atual	89
3. Poder Constituinte Originário.....	89
3.1. Conceito e natureza jurídica	89
3.2. Classificação	91
3.3. Características do Poder Constituinte Originário	91

3.4.	Titularidade do Poder Constituinte Originário	93	2.3.2.	Ronald Dworkin e a Teoria da Integridade	140
3.5.	Poder Constituinte Originário e direitos adquiridos	95	2.3.3.	John Hart Ely e sua concepção procedimental de democracia.....	142
3.6.	Dinâmica constitucional.....	95	2.3.4.	Cass R. Sunstein: minimalismo judicial e as personas constitucionais.....	143
4.	Poder Constituinte Derivado de Reforma da Constituição: Espécies e Limitações.....	98	2.3.5.	Adrian Vermeule e a virada institucional.....	148
4.1.	Análise específica do Poder Constituinte derivado de revisão da Constituição.....	100	2.3.6.	Mark Tushnet e o Constitucionalismo popular	150
4.2.	Análise específica do Poder Constituinte derivado de reforma via emendas	100	2.3.7.	Barry Friedman e o constitucionalismo popular mediado: levando a Constituição para além das Cortes	151
5.	Poder Constituinte (Derivado) Decorrente: Espécies, Caracteres e Limitações.....	107	2.3.8.	O Constitucionalismo Democrático da Escola de Yale: Robert Post e Reva Siegel. A análise do efeito <i>Backlash</i>	155
6.	Poder Constituinte e Patriotismo Constitucional: Uma Releitura Contemporânea e Sofisticada da Teoria do Poder Constituinte	110	2.3.9.	Jeremy Waldron e sua crítica ao <i>judicial review</i>	165

3

HERMENÊUTICA E HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL

1.	Da Hermenêutica Filosófica à Hermenêutica Jurídica	115	2.4.	A Hermenêutica Constitucional no paradigma do Estado Democrático de Direito: a ponderação de princípios por meio da técnica da proporcionalidade.....	175
1.1.	Esclarecimentos iniciais: hermenêutica x interpretação	115	2.4.1.	Considerações iniciais.....	175
1.2.	O desenvolvimento histórico da Hermenêutica: do movimento protestante ao giro hermenêutico e linguístico	116	2.4.2.	Princípios e regras	176
1.2.1.	A Hermenêutica clássica.....	116	2.4.3.	A Teoria dos princípios de Humberto Ávila e suas contribuições para a derrotabilidade	179
1.2.2.	A Hermenêutica no movimento do giro hermenêutico e do giro linguístico.....	119	2.4.4.	Proporcionalidade x Razoabilidade... ..	182
1.3.	A Hermenêutica na Ciência Jurídica: do século XVIII ao século XX (ou do Estado Liberal ao Estado Social).....	122	2.4.5.	A estrutura “racional” da proporcionalidade	183
1.3.1.	Uma disputa inicial: <i>voluntas legislatoris x voluntas legis</i>	122	2.4.6.	A distinção das teorias de Alexy (ponderação de princípios pela proporcionalidade) e Dworkin (integridade do direito)	186
1.3.2.	Os métodos clássicos de interpretação.....	123	2.4.7.	A racionalidade das decisões judiciais: uma apreciação crítica à luz da teoria discursiva do direito e da democracia de Jürgen Habermas.....	188
1.3.3.	A interpretação do Direito na Teoria Pura de Kelsen.....	125	2.4.8.	A Hermenêutica Jurídica na Doutrina pátria: as contribuições de Lenio Streck em “Verdade e Consenso”	190
1.3.4.	O Positivismo jurídico atual: Positivismo Exclusivista e Inclusivista e o Não Positivismo	127	2.4.9.	Uma Análise do Ativismo judicial e da Judicialização da Política: delimitando as diferenças	194
2.	A Hermenêutica Constitucional.....	130	2.4.9.1.	Premissas iniciais: Introdução	194
2.1.	A Hermenêutica Jurídica na era da Hermenêutica Constitucional	130	2.4.9.2.	Ativismo Judicial: conceito técnico-jurídico	197
2.2.	Métodos de interpretação constitucional	135			
2.3.	O debate no Direito Constitucional norte-americano: para além do debate entre interpretativistas e não interpretativistas: R. Dworkin, J. H. Ely, C. Sunstein, A. Vermeule, M. Tushnet, B. Friedman, Robert Post e Reva Siegel, J. Waldron, L. Tribe, R. Posner e M. Sandel	139			
2.3.1.	Introdução	139			

2.4.9.3. Da Judicialização da Política ao Ativismo Judicial. Diferenças conceituais conforme nosso marco teórico	198
2.4.10. Apontamentos sobre os Modelos de Comportamento Judicial	200

4

HISTÓRICO DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

1. Introdução: advertência	205
2. Antecedentes históricos do nosso constitucionalismo	205
3. A Constituição do Império de 1824	205
4. A Constituição da República de 1891	207
5. A Constituição de 1934	210
6. A Constituição de 1937	212
7. A Constituição de 1946	214
8. A Constituição de 1967	216
9. A Constituição de 1969 (EC nº 01/69)	218
10. A Constituição de 1988	218

PARTE 2

DIREITO CONSTITUCIONAL

5

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS (ESTRUTURANTES) DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

1. Introdução	225
2. A noção de Princípios Jurídicos e sua reconstrução a partir do movimento do pós-positivismo	225
3. Classificação dos Princípios Estruturantes	228
4. Princípio Republicano	228
5. Princípio do Estado Democrático de Direito	230
5.1. Introdução: a conexão interna entre Direito e Democracia	230
5.2. Estado de Direito	230
5.3. Democracia	231
6. Princípio Federativo	234
7. Princípio da Separação de Poderes	234
8. Fundamentos do Estado brasileiro	241
8.1. Introdução	241
8.2. Soberania	241
8.3. Cidadania	242
8.4. Dignidade Humana	242
8.5. Valores Sociais do Trabalho e da Livre Iniciativa	248
8.6. Pluralismo Político	249

9. Princípios que fixam os objetivos primordiais a serem perseguidos pela CR/88	250
10. Princípios que traçam diretrizes a serem adotadas nas relações internacionais	253

6

TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

1. O que são direitos fundamentais?	257
1.1. Introdução: Direitos Humanos e Direitos Fundamentais	257
1.2. As dimensões subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais	259
1.3. Classificação dos direitos fundamentais: constitucional-literaL	260
1.4. Classificação dos direitos fundamentais: Gerações de direitos fundamentais	261
1.5. Direitos Fundamentais e suas funções: Uma análise introdutória	265
1.6. Direitos Fundamentais como direitos de defesa	267
1.7. Direitos Fundamentais como normas de proteção de institutos jurídicos	267
1.8. Direitos Fundamentais como garantias positivas para o exercício das liberdades	268
1.9. Direitos Fundamentais como Garantias Institucionais	269
1.10. Deveres Fundamentais	270
2. Estrutura das normas sobre direitos fundamentais: direitos ou valores?	272
3. Características dos direitos fundamentais	272
4. Titulares dos direitos fundamentais	275
5. Vinculação dos Poderes Públicos	276
6. Limites (Restrições) aos direitos fundamentais e a tese dos limites dos limites	277
7. Suporte fático dos direitos fundamentais	280
7.1. Elementos do suporte fático	281
7.1.1. Suporte fático, âmbito de proteção e intervenção nas diferentes espécies de normas de direitos fundamentais	281
7.1.2. A crítica de Virgílio Afonso da Silva: o elemento da ausência de fundamentação constitucional	282
7.2. Espécies de suporte fático	283
8. Colisões entre Direitos Fundamentais e a crítica a elas	285
9. Eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas: eficácia horizontal	288
10. Direitos Humanos	295
10.1. Histórico dos Direitos Humanos a partir de uma perspectiva clássica	295
10.2. Etapa de Conversão em Direito Positivo	295
10.3. Etapa de Generalização	295

10.4.	Etapa de Internacionalização	296	5.1.	Conceito de propriedade	438
10.4.1.	Sistema Internacional de Proteção aos Direitos Humanos.....	297	5.2.	Função Social da propriedade.....	441
10.5.	Universalismo, Relativismo (cultural) e Multiculturalismo	301	5.3.	Formas de intervenção estatal no direito de propriedade: Servidão, Desapropriação e Requisição.....	441
10.5.1.	Introdução	301	5.3.1.	Servidão	441
10.5.2.	Alcance e aplicabilidade dos direitos humanos: universalismo e relativismo cultural	301	5.3.2.	Desapropriação	442
10.5.3.	Diferentes correntes do universalismo e do relativismo cultural	302	5.3.3.	Requisição.....	445
10.5.4.	Críticas à dicotomia entre o universalismo e o relativismo: multiculturalismo	303	5.4.	Proteção constitucional ao bem de família ...	446
10.5.5.	Integridade Transnacional dos Direitos Humanos.....	305	6.	Direito à Privacidade, Direito à Intimidade, Direito à Imagem e direito à proteção de dados pessoais	447
10.5.6.	Considerações finais	306	7.	Quebras de sigilos: de correspondência, comunicação telegráfica e de dados. Interceptação telefônica e gravação clandestina.....	457
11.	Justiça de transição	307	8.	A inviolabilidade do domicílio.....	471
11.1.	Introdução	307	9.	Direito Adquirido, Ato Jurídico Perfeito e Coisa Julgada.....	477
11.2.	Conceito e Características	308	10.	O direito ao devido processo legal (constitucional) e seus princípios correlatos.....	488
11.3.	Elementos da Justiça de Transição	309	10.1.	Devido Processo Legal, Contraditório, Ampla Defesa, Juiz Natural, Acesso à Justiça e Duração Razoável do Processo	488
11.3.1.	Justiça	309	10.2.	Presunção da Inocência e sua análise jurisprudencial.....	499
11.3.2.	Verdade e Memória	310	10.3.	Garantias Constitucionais de cunho Penal e Processual Penal à luz da Dignidade da pessoa Humana.....	524
11.3.3.	Reparação das vítimas e de suas famílias	311	10.4.	Juiz das Garantias e o Pacote anticrime da Lei nº13.964 de 24.12.2019	542
11.3.4.	A Justiça de Transição no Brasil	312	10.5.	Tribunal do Júri na Constituição de 1988 e na legislação infraconstitucional	548
12.	Direito dos animais.....	313	11.	Provas ilícitas e as provas lícitas derivadas das provas ilícitas	560
13.	Estatuto da Pessoa com Deficiência	319	12.	Colaboração premiada e seus reflexos no STF	567
14.	Do Direito Antidiscriminatório.....	327	13.	Direito Geral de informação, direito de certidão e direito de petição	580
			14.	Diferença entre o Princípio da legalidade e o Princípio da reserva legal	588
			15.	A questão dos Tratados Internacionais frente a Constituição: A nova exegese dos Tratados Internacionais de direitos humanos	590
			16.	O Tribunal Penal Internacional e a posição do Brasil frente a ele	593

7

DIREITOS FUNDAMENTAIS INDIVIDUAIS E COLETIVOS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

1.	Introdução: a noção de dignidade da pessoa humana como postulado/axioma justificante dos direitos fundamentais.....	331
2.	Vida.....	335
3.	Liberdade	350
3.1.	Liberdade de ação	351
3.2.	Liberdade de manifestação de pensamento e de expressão	351
3.3.	Liberdade de Consciência e Liberdade de crença	380
3.3.1.	Liberdade de Consciência	380
3.3.2.	Liberdade Religiosa e Liberdade de crença	385
3.4.	Liberdade de locomoção	400
3.5.	Liberdade de profissão	401
3.6.	Liberdade de reunião	407
3.7.	Liberdade de associação	410
4.	Igualdade.....	414
5.	Propriedade	438

8

AÇÕES CONSTITUCIONAIS

1.	Mandado de segurança	597
1.1.	Conceito.....	597
1.2.	Requisitos do Mandado de Segurança.....	598
1.3.	Espécies de Mandados de Segurança	600
1.4.	Direito Líquido e Certo.....	600
1.5.	Cabimento	601
1.6.	Legitimidade do Mandado de Segurança.....	607
1.7.	Competência no Mandado de Segurança.....	611

10

DIREITOS DA NACIONALIDADE

1. Conceito de nacionalidade e algumas definições: povo, população, nação e cidadão	743
2. Natureza jurídica dos direitos de nacionalidade	743
3. Espécies de nacionalidade	743
4. Critério de aquisição da nacionalidade primária	743
5. Critério de aquisição da nacionalidade secundária	744
6. Análise específica do Brasil	744
6.1. Nacionalidade primária	744
6.2. Nacionalidade secundária	746
7. Distinção entre brasileiros natos e naturalizados	750
8. Perda do direito de nacionalidade	751
9. Reflexões sobre a lei de migração (Lei nº 13.445/2017). Extradicação, transferência de execução de pena e de pessoa condenada. Das medidas de retirada compulsória: expulsão, deportação e repatriação. Asilo político e refúgio.....	754
9.1. A nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017).....	754
9.2. Extradicação	757
9.2.1. Conceito de extradicação	757
9.2.2. Espécies de extradicação	757
9.2.3. Procedimento para a extradicação e decisão sobre ela	758
9.2.4. Requisitos para a extradicação	761
9.3. Transferência de Execução de Pena e da Pessoa Condenada.....	772
9.4. Das Medidas de Retirada Compulsória.....	773
9.4.1. Expulsão.....	774
9.4.2. Deportação.....	777
9.4.3. Repatriação.....	778
9.5. Asilo Político e Refúgio.....	778

11

DIREITOS POLÍTICOS

1. Conceito	783
2. Espécies	783
3. Direito de Sufrágio: núcleo dos Direitos Políticos.....	789
3.1. Conceito de Sufrágio	789
3.2. Espécies de Sufrágio	790
3.3. Digressões sobre o voto.....	791
4. Sistemas eleitorais	793
5. Direitos políticos positivos	800
6. Direitos políticos negativos	806
7. Inelegibilidades: absolutas e relativas.....	806
8. Perda ou suspensão dos direitos políticos	829
9. Princípio da anualidade (ou da anterioridade) da legislação eleitoral.....	833
10. Dos partidos políticos	836
10.1. As federações de partidos.....	847

10.2. Financiamento de campanha. Financiamento de campanha das mulheres. Acesso ao rádio e à televisão. Debates eleitorais. Fidelidade partidária e extinção do mandato	851
10.2.1. Financiamento de Campanha.....	851
10.2.2. Financiamento de Campanha das Mulheres (Lei nº13.165/2015 e o entendimento do STF)	863
10.2.3. Acesso ao Rádio e à Televisão (Direito de Antena)	867
10.2.4. Debates Eleitorais	872
10.2.5. Fidelidade Partidária e a Extinção dos Mandatos	873
11. Vacância de cargos políticos no sistema majoritário.....	879

12

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

1. Introdução	883
2. Espécies ou tipos de formas de Estado	883
3. Análise específica do Federalismo presente em nossa atual Constituição: Antecedentes históricos do federalismo no Brasil. Estrutura do nosso atual federalismo. a posição da União e a questão da inexistência de hierarquia entre os entes federativos. O conceito de Autonomia dos entes federativos e suas capacidades	886
4. Técnicas de repartição de competências.....	895
5. Análise da repartição de competências na Constituição de 1988.....	896
6. Considerações finais sobre a organização do estado: princípio da simetria. Regiões administrativas ou de desenvolvimento. Bens da união. Bens dos estados. Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. Homogeneidade Federativa. Análise dos Territórios. Complementações sobre o Distrito Federal. Criação de novos estados. Criação de novos municípios.....	1002

13

DA INTERVENÇÃO FEDERAL

1. Princípios que regem a intervenção federal	1019
1.1. Princípio da excepcionalidade	1019
1.2. Princípio da Taxatividade	1020
1.3. Princípio da temporalidade.....	1020
2. Conceito	1020
3. Procedimentos	1020
4. Intervenção Estadual.....	1024
5. A recente intervenção federal no estado do rio de janeiro.....	1026
6. A recente intervenção federal no Distrito Federal	1029

PODER LEGISLATIVO

1. Funções	1031	4.2. Fase constitutiva.....	1143
1.1. Funções típicas	1031	4.3. Fase complementar (integração de eficácia).....	1144
1.2. Funções atípicas	1031	4.4. Observações sobre a fase de iniciativa ou introdutória.....	1144
2. Composição e atribuições.....	1031	4.4.1. Conceito de iniciativa	1144
2.1. Comentários sobre o Teto Remuneratório: um histórico recente.....	1039	4.4.2. Espécies de iniciativa	1144
3. Funcionamento e Estrutura do Poder Legislativo	1046	4.4.3. Observações finais sobre a fase de iniciativa	1145
3.1. Funcionamento	1046	5. Processo Legislativo Ordinário – Lei ordinária	1152
3.1.1. Legislatura	1046	6. Processos Legislativos Especiais – Leis Complementares	1161
3.1.2. Sessão legislativa ordinária (sessão legislativa).....	1046	6.1. Leis Complementares: Conceito.....	1161
3.1.3. Período legislativo	1047	6.2. Procedimento para elaboração de leis complementares	1161
3.1.4. Sessão preparatória	1047	7. Processos Legislativos Especiais – Leis Delegadas	1164
3.1.5. Sessão ordinária	1047	7.1. Leis Delegadas: Conceito.....	1164
3.1.6. Sessão extraordinária	1048	7.2. Procedimentos	1164
3.1.7. Sessão legislativa extraordinária	1048	8. Medidas Provisórias	1165
3.1.8. Sobre os Quóruns	1049	8.1. Conceito.....	1165
3.2. Estrutura das Casas legislativas.....	1050	8.2. Diferenças: Antes e depois da EC nº 32/01 da CR/88	1166
3.2.1. Mesas das Casas. O que são as mesas?.....	1050	8.3. Procedimentos de tramitação de uma MP....	1170
3.2.2. Comissões.....	1057	8.3.1. Aprovação de uma Medida Provisória sem emendas	1170
4. Estatuto dos Congressistas	1067	8.3.2. Aprovação de uma Medida Provisória com emendas.....	1170
4.1. Conceito.....	1067	8.4. Observações Finais sobre as medidas provisórias	1175
4.2. Análise.....	1067	9. Processo Legislativo Especial das Emendas Constitucionais	1183
4.3. Imunidade Material.....	1067	9.1. Conceito.....	1183
4.4. Imunidade Formal.....	1073	9.2. Procedimento	1183
4.5. Outras Imunidades dos Parlamentares.....	1100	10. Processo Legislativo especial dos Decretos Legislativos e Resoluções	1187
4.6. Impedimentos e vedações dos Parlamentares. Perda de mandato dos Parlamentares e Temas Conexos. Caso do Mensalão (AP nº 470).....	1102	10.1. Conceito geral	1187
5. Da Fiscalização contábil, financeira e orçamentária e dos Tribunais de Contas: Tribunal de Contas da União. Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal. Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios. Tribunais de Contas do Município.....	1116	10.2. Conceito de Decreto Legislativo.....	1187
		10.3. Procedimento do Decreto Legislativo.....	1188
		10.4. Conceito de Resoluções	1188
		10.5. Procedimento das Resoluções.....	1188

PROCESSO LEGISLATIVO

1. Conceito	1141
1.1. Conceito jurídico	1141
1.2. Conceito sociológico	1141
2. Espécies Normativas Primárias	1141
3. Tipos de processo legislativo	1141
3.1. No que diz respeito à organização política....	1141
3.2. No que diz respeito ao aspecto técnico jurídico	1142
4. Fases do processo legislativo	1143
4.1. Fase introdutória (de iniciativa)	1143

PODER EXECUTIVO

1. Introdução	1189
2. Funções	1189
2.1. Função típica do Poder Executivo	1189
2.2. Funções atípicas do Poder Executivo	1189
3. Sistema de governo: Presidencialismo, Parlamentarismo e Semipresidencialismo	1189
3.1. Conceito.....	1189
3.2. Principais espécies.....	1190
4. Reflexões sobre o Presidencialismo de Coalizão	1192

4.1.	Introdução: Heterogeneidade, Dilema Institucional e Presidencialismo de Coalizão	1192	5.2.	Uma pequena Reflexão Crítica: <i>quis custodiet ipsos custodes?</i>	1331
4.2.	A Dinâmica do Presidencialismo de Coalizão: Eixo Partidário-Parlamentar, Eixo Regional e Índices de Fracionamento Governamental. As considerações acerca do presidencialismo de coalizão em relação ao atual momento político brasileiro	1193	5.3.	Súmulas Vinculantes	1335
4.3.	Considerações Finais.....	1196	5.4.	A Teoria dos Precedentes no novo CPC de 2015	1345
5.	Estrutura do Poder Executivo.....	1197	5.4.1.	Introdução.....	1345
5.1.	Presidente: requisitos para o cargo, modo de investidura e atribuições	1197	5.4.2.	Conceito.....	1346
5.2.	Reflexões sobre o Indulto Individual (graça) concedida pelo Presidente da República ao Deputado Daniel Silveira.....	1212	5.4.3.	Fundamentos do Respeito aos Precedentes: Segurança Jurídica.....	1348
5.3.	Vice-Presidente: requisitos para o cargo, modo de investidura e atribuições.....	1221	5.4.4.	Eficácia Jurídica e Efeitos dos Precedentes.....	1349
5.4.	Ministros de Estado: requisitos para o cargo, modo de investidura e atribuições.....	1222	5.4.5.	Deveres Gerais dos Tribunais relacionados aos precedentes	1353
5.5.	Conselho da República e Conselho da Defesa...	1226	5.4.5.1.	Algumas Reflexões Críticas.....	1355
6.	Crimes de Responsabilidade e Crimes Comuns do Presidente da República	1227	5.4.6.	A dinâmica da aplicação dos precedentes	1356
6.1.	Crimes de responsabilidade do Presidente da República	1228	5.4.6.1.	Técnica de confronto, interpretação e aplicação do precedente: <i>distinguishing</i>	1356
6.1.1.	Conceito.....	1228	5.4.6.2.	<i>Overruling</i>	1357
6.1.2.	Procedimento.....	1229	5.4.7.	Algumas considerações críticas quanto à teoria dos precedentes no novo CPC/2015.....	1359
6.1.3.	Crime de responsabilidade do Vice-Presidente da República	1245	5.5.	Superior Tribunal de Justiça.....	1361
6.2.	Crimes Comuns do Presidente da República	1246	5.6.	Tribunal Superior do Trabalho e a Justiça do Trabalho	1368
6.2.1.	Conceito	1246	5.7.	Tribunal Superior Eleitoral e a Justiça Eleitoral.....	1374
6.2.2.	Procedimento.....	1246	5.8.	Superior Tribunal Militar e a Justiça Militar	1376
6.3.	Crimes dos Governadores de Estado e dos Prefeitos.....	1249	5.9.	Tribunais Regionais Federais e Juizes Federais e Tribunais de Justiça e Juizes de Direito	1380
			5.10.	Considerações Finais sobre o Poder Judiciário	1395
			5.10.1.	Justiça de Paz.....	1395
			5.10.2.	Quinto Constitucional.....	1397
			5.10.3.	Juizados Especiais.....	1399
			6.	Precatórios	1400
			6.1.	Emenda Constitucional nº 62/2009 e o entendimento do STF.....	1414
			6.2.	Emenda Constitucional nº 94/2016, Emenda Constitucional nº 99/2017, Emenda Constitucional nº 109/2021, Emenda Constitucional nº 113/2021 e Emenda Constitucional nº 114/2021	1419
			6.3.	A questão da incidência dos juros de mora nos precatórios.....	1423
			6.4.	A questão da constitucionalidade do art. 86 do ADCT inserido pela Emenda Constitucional nº 37/2002	1424

17

PODER JUDICIÁRIO

1.	Funções do Poder Judiciário	1255	6.	Precatórios	1400
2.	Órgãos do Poder Judiciário: introdução.....	1256	6.1.	Emenda Constitucional nº 62/2009 e o entendimento do STF.....	1414
2.1.	Análise do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).....	1256	6.2.	Emenda Constitucional nº 94/2016, Emenda Constitucional nº 99/2017, Emenda Constitucional nº 109/2021, Emenda Constitucional nº 113/2021 e Emenda Constitucional nº 114/2021	1419
3.	Garantias.....	1274	6.3.	A questão da incidência dos juros de mora nos precatórios.....	1423
3.1.	Garantias Institucionais	1274	6.4.	A questão da constitucionalidade do art. 86 do ADCT inserido pela Emenda Constitucional nº 37/2002	1424
3.2.	Garantias dos membros	1277			
3.2.1.	A vitaliciedade	1277			
3.2.2.	Inamovibilidade	1278			
3.2.3.	A irredutibilidade dos subsídios	1279			
4.	Observações importantes sobre o poder judiciário e reflexões sobre a Resolução nº 75/2009 e a Resolução nº 531/2023 (ENAM)	1281			
5.	Estrutura e composição dos órgãos do Poder Judiciário	1293			
5.1.	Supremo Tribunal Federal	1294			
5.1.1.	Recurso Extraordinário e Repercussão Geral do Recurso Extraordinário.....	1312			

18

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

1.	Ministério Público	1427
----	--------------------------	------

2. Advocacia pública.....	1463
3. Advocacia.....	1475
4. Defensoria pública.....	1487

19

DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

1. Introdução: Finalidade das Medidas.....	1511
2. Princípios Norteadores.....	1512
3. Estado de Defesa.....	1513
3.1. Conceito e Hipóteses.....	1513
3.2. Hipóteses.....	1513
3.2.1. Requisitos para a Decretação.....	1513
3.3. Procedimento.....	1513
3.4. Prazo.....	1513
3.5. Abrangência.....	1514
3.6. Controle.....	1514
3.7. Restrições de Direitos.....	1514
4. Estado de Sítio.....	1515
4.1. Conceito.....	1515
4.2. Hipóteses.....	1515
4.3. Procedimento.....	1515
4.4. Prazo.....	1515
4.5. Abrangência.....	1516
4.6. Controle.....	1516
4.7. Restrições.....	1517
5. Forças Armadas.....	1517
6. Segurança Pública.....	1521
6.1. Polícias da União.....	1523
6.2. Polícias dos Estados.....	1524
6.3. Polícias Penais Federal, Estaduais e Distrital....	1525
6.4. Considerações importantes sobre as Polícias civis e Militares.....	1526
6.5. Polícia do Distrito Federal.....	1540
6.6. Polícia dos Municípios.....	1540
6.7. Segurança Viária.....	1544

20

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

1. Conceito.....	1547
2. Espécies (tipos) de inconstitucionalidade.....	1548
3. Matrizes e Modalidades de Controle de Constitucionalidade.....	1555
4. Análise do Brasil: Regra geral e exceções (outros controles).....	1559
5. Notas históricas sobre o controle de constitucionalidade judicial.....	1563
6. Análise específica da Regra Geral.....	1566
6.1. Controle difuso-concreto no Brasil: Procedimento.....	1566

6.2. Controle difuso-concreto no Brasil: Efeitos e a análise da tese da mutação constitucional.....	1572
6.3. Algumas observações finais sobre o controle difuso <i>in concreto</i> : Reinterpretação e modificação de decisão proferida em Ação Direta de Inconstitucionalidade, Modulação de efeitos no juízo de não recepção, Quórum no juízo de não recepção, e a Questão do Controle difuso via Ação Civil Pública.....	1585
6.4. Controle Concentrado de Constitucionalidade no Brasil. ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade.....	1587
6.4.1. Conceito.....	1587
6.4.2. Parâmetro e Objeto da ADI.....	1587
6.4.3. Legitimidade.....	1601
6.4.4. Procedimento da ADI.....	1606
6.4.5. Julgamento da ADI.....	1615
6.4.6. Algumas observações finais sobre a ADI.....	1629
6.5. Procedimento da medida cautelar.....	1635
6.6. Procedimento especial (diferenciado) na ADI.....	1637
6.7. ADC – Ação Declaratória de Constitucionalidade.....	1638
6.7.1. Conceito.....	1638
6.7.2. Objeto.....	1638
6.7.3. Finalidade da ADC.....	1638
6.7.4. Legitimidade.....	1638
6.7.5. Procedimento.....	1638
6.7.6. Julgamento da ADC.....	1640
6.7.7. Efeitos da decisão da ADC.....	1640
6.7.8. Observações finais sobre a ADC.....	1640
7. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO).....	1641
7.1. Conceito.....	1641
7.2. Objeto.....	1641
7.3. Legitimidade.....	1643
7.4. Espécies de ADI por omissão (ADO).....	1643
7.5. Procedimento.....	1644
7.5.1. Procedimento da ADI por omissão total.....	1644
7.5.2. Procedimento da ADI por omissão parcial.....	1644
7.6. Julgamento da ADI por omissão total ou parcial.....	1645
7.6.1. Efeitos da decisão de uma ADI por omissão (ADO).....	1645
7.7. Observações finais sobre a ADI por omissão (ADO).....	1651
8. Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva (Representação de Inconstitucionalidade Interventiva).....	1653
8.1. Conceito.....	1653

8.2.	Finalidades.....	1653	13.	Sentenças Transitivas	1694
8.3.	Objeto.....	1653	13.1.	Introdução	1694
8.4.	Legitimidade ativa	1654	13.2.	Sentenças de inconstitucionalidade sem efeito ablativo	1695
8.5.	Procedimento.....	1654	13.3.	Sentença de inconstitucionalidade com ablação diferida	1696
8.6.	Julgamento.....	1655	13.4.	Sentenças de apelo ou apelativas (declaração de constitucionalidade de norma “ainda” constitucional ou declaração de constitucionalidade provisória ou inconstitucionalidade progressiva)	1696
8.7.	Efeitos da decisão: provimento de uma ADI interventiva.....	1655	13.5.	Sentenças de aviso	1697
8.8.	Observações finais sobre a ADI interventiva	1655	13.6.	Conclusão sobre as Sentenças intermediárias	1697
9.	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)	1656	14.	Estado de coisas inconstitucional	1698
9.1.	Conceito.....	1656	15.	Controle de convencionalidade	1709
9.2.	Espécies de ADPF.....	1657	16.	A teoria dos diálogos institucionais (constitucionais) e a superação (reação) legislativa	1712
9.3.	Objeto	1658	17.	O papel das cortes constitucionais.....	1718
9.4.	Legitimidade.....	1662	18.	Sobre a Deliberação nos Tribunais (Cortes) Constitucionais	1720
9.5.	Procedimento.....	1662	19.	Jurisdição constitucional fraca e os novos <i>desenhos institucionais</i> : o novo modelo de constitucionalismo da comunidade britânica	1724
9.6.	Julgamento.....	1667			
9.7.	Efeitos da decisão da ADPF	1667			
9.8.	Observações finais.....	1668			
10.	Controle Concentrado <i>In Abstrato</i> de Constitucionalidade no Âmbito Estadual e do DF.....	1671			
11.	Últimas considerações sobre o Controle de Constitucionalidade	1681			
11.1.	Interpretação conforme a Constituição.....	1681			
11.1.1.	Introdução	1681			
11.1.2.	Conceito.....	1681			
11.1.3.	Efeitos da interpretação conforme a Constituição	1682			
11.1.4.	Observação final.....	1682			
11.2.	Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto.....	1682			
11.2.1.	Introdução	1682			
11.2.3.	Observações finais.....	1683			
11.3.	Declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade	1683			
11.4.	Declaração de constitucionalidade de lei “ainda” constitucional.....	1684			
11.5.	Sentenças intermediárias: sobretudo as sentenças normativas (ou sentenças manipulativas)	1686			
11.5.1.	Conceito.....	1686			
12.	As Sentenças Intermediárias no Controle de Constitucionalidade.....	1688			
12.1.	Introdução	1688			
12.2.	Sentenças interpretativas	1689			
12.2.1.	A interpretação conforme a Constituição	1689			
12.2.2.	Declaração de inconstitucionalidade (nulidade) parcial sem redução de texto	1690			
12.3.	Sentenças aditivas	1691			
12.4.	Sentenças aditivas de princípios	1692			
12.5.	Sentenças substitutivas	1692			

DA ORDEM ECONÔMICA E DA ORDEM SOCIAL

1.	O Conceito de “Ordem”	1729
2.	A Ordem Econômica.....	1729
2.1.	A Ordem Econômica e a Constituição Econômica.....	1730
2.2.	A Ordem Econômica na Constituição brasileira de 1988.....	1730
2.3.	Princípios da Ordem Econômica	1738
2.3.1.	Função social da propriedade urbana/rural.....	1740
2.3.2.	Livre concorrência.....	1741
2.3.3.	Defesa do consumidor	1743
2.4.	A política urbana	1744
2.4.1.	Desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana.....	1745
2.5.	A política agrícola e fundiária.....	1746
2.5.1.	Desapropriação para fins de Reforma Agrária.....	1746
2.6.	Do Sistema Financeiro Nacional	1747
3.	A Ordem Social.....	1749
3.1.	A seguridade social.....	1749
3.1.1.	Saúde	1751
3.2.	A Previdência Social e a sua recente reforma pela Emenda Constitucional nº 103/2019	1766
3.2.1.	Aposentadoria voluntária no regime geral de previdência social.....	1767

SUMÁRIO

3.2.2.	Aposentadoria voluntária no regime próprio de previdência social da União.....	1770	3.6.	A comunicação social.....	1803
3.2.3.	Outras formas de aposentadoria	1773	3.7.	O meio ambiente.....	1803
3.2.4.	Pensão por morte.....	1775	3.8.	A família, a criança, o adolescente, o jovem e o idoso: As decisões da União Estável Homofetiva e da Criminalização da Homofobia e Transfobia nos termos da Lei 7.716/89	1813
3.2.5.	Considerações finais	1776	3.9.	Os Quilombolas	1842
3.3.	Assistência social	1784	3.10.	Os índios (indígenas)	1845
3.4.	A educação, a cultura e o desporto.....	1786		REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1859
3.5.	A ciência e tecnologia.....	1802			